**Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional: as contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman e suas aplicações no contexto atual das regiões**

**Vilmar Nogueira Duarte[[1]](#footnote-1)**

**Resumo:** As teorias clássicas do desenvolvimento regional da corrente teórica que defende o desenvolvimento desequilibrado, principalmente a teoria dos Polos de Crescimento de Perroux, a teoria da Causação Circular Acumulativa de Myrdal e a teoria do Crescimento Sequencial de Hirschman têm sido aplicadas na análise das economias regionais? Dada essa problemática, este estudo objetivou discutir e analisar essas abordagens, verificando até que ponto seus modelos teóricos vêm sendo aplicados na análise regional atual. O trabalho foi realizado com base em um estudo descritivo e analítico, desenvolvido a partir de uma revisão da literatura que trata do tema. Os resultados mostram que o desenvolvimento, segundo essa corrente teórica, se dá de forma desigual no tempo e no espaço, apresentando-se com intensidades variáveis em pontos específicos ou polos de crescimento. A conclusão foi de que as contribuições dessas abordagens continuam sendo válidas e importantes no arsenal de instrumentos teóricos da ciência regional, explicando uma série de fenômenos que ocorrem nas economias regionais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Espaço Econômico. Economia Regional. Ciência Regional.

**Classical Theories of Regional Development: the contributions of Perroux, Myrdal and Hirschman and their applications in the current context of regions**

**Abstract:** Have the classical theories of regional development from the theoretical school that defends unbalanced development, mainly Perroux's Growth Poles theory, Myrdal's theory of Cumulative Circular Causation and Hirschman's Sequential Growth theory, been applied in the analysis of regional economies? Given this issue, this study aimed to discuss and analyze these approaches, verifying to what extent their theoretical models have been applied in current regional analysis. The work was carried out based on a descriptive and analytical study, developed from a review of the literature on the subject. The results show that development, according to this theoretical school, occurs unevenly in time and space, presenting itself with variable intensities at specific points or growth poles. The conclusion was that the contributions of these approaches continue to be valid and important in the arsenal of theoretical instruments of regional science, explaining a series of phenomena that occur in regional economies.

**Keywords:** Development. Economic Space. Regional Economy. Regional Science.

**ST 1: Questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento**

**1 Introdução**

O debate acerca do desenvolvimento regional é datado dos anos 1950, a partir da influência recebida das teorias do desenvolvimento econômico. Naquele momento, o principal questionamento era: de que maneira as nações poderiam se mobilizar para superar a pobreza desencadeada pela segunda-guerra e alcançar o desenvolvimento econômico? Várias teorias surgem naquele período, com o intuito de elucidar a problemática e propor soluções para o atraso e a estagnação econômica de países e/ou regiões (Alves de Jesus; Spinola, 2015; Oliveira, 2021).

Entre os estudos que enfatizaram de alguma forma o desenvolvimento de espaços regionais estão: Note sur la notion de pôle de croissance (Perroux, 1955), Economic Theory and Under-Developed Regions (Myrdal, 1957) e The Strategy of Economic Development (Hirschman, 1958). Para Cavalcante (2008), essas teorias passaram a inspirar políticas públicas e estudos analíticos mais condizentes com a realidade das regiões. A partir de então, a produção teórica em economia regional assume um caráter mais interdisciplinar, em que os estudos deveriam envolver abordagens de desenvolvimento mais abrangentes e sistêmicas.

Impulsionada pelas teorias supracitadas, a produção teórica em economia regional ganhou novos contornos, com o aparecimento de novas abordagens, tais como: a Nova Geografia Econômica; a Escola de Especialização Flexível; os Sistemas de Inovação Regional; a Teoria da Competitividade de Porter; e as Teorias do Desenvolvimento Endógeno; entre outras (Bekele; Jackson, 2006). Essas abordagens passaram a explicar o desenvolvimento regional de forma mais abrangente e, embora não tenha sido objeto de discussão neste estudo, serviram de inspiração para a adoção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento.

Sendo assim, a problemática de pesquisa que orientou este estudo consiste em entender o seguinte questionamento: como as teorias clássicas do desenvolvimento regional podem ser aplicadas na análise das economias regionais? Assim, o objetivo deste artigo foi o de discutir e analisar as teorias clássicas do desenvolvimento regional da corrente teórica que defende o desenvolvimento desequilibrado, principalmente as contribuições de Perroux - Polos de Crescimento -, Myrdal - Causação Circular Acumulativa -, e Hirschman - Crescimento Sequencial, buscando entender até que ponto essas abordagens vêm sendo utilizadas na análise regional atual. O estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura, desenvolvido com base em consultas em livros, teses, dissertações, artigos científicos, entre outros materiais que tratam do tema.

O artigo está dividido em seis seções. Além dessa introdutória, a segunda seção apresenta algumas considerações gerais sobre desenvolvimento regional encontradas na literatura. O tópico seguinte disserta sobre os aspectos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo. A quarta seção apresenta e discute as teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman e suas contribuições para a ciência regional. A quinta seção mostra como essas teorias vêm sendo aplicadas atualmente no planejamento regional e urbano. Por fim, na sexta seção são tecidas as considerações finais.

**2 Desenvolvimento regional: algumas considerações**

A busca por uma definição do que seja “desenvolvimento regional” não tem sido tarefa fácil para os economistas do desenvolvimento. Existe na literatura uma série de concepções de desenvolvimento regional, porém não há nenhuma que seja definitiva, uma vez que se trata de um conceito que está em constante evolução. Oliveira (2021) ressalta a dificuldade em se definir com exatidão o termo desenvolvimento regional, por abarcar uma dimensão no seu conceito, seja ela no processo de contradição, histórico e social. Para o autor, algumas definições focam que o desenvolvimento regional é um processo histórico, desigual no tempo e no espaço; outras dizem que ele tende se apresentar de forma concentrada, formando polos de crescimento.

Para Souza (2007), o desenvolvimento em si, envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Ao trazer essa ideia para a esfera regional, pode-se dizer que o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente, juntamente com melhoria nas condições de vida das pessoas que habitam a região (Souza, 2007). Nesse caso, o desenvolvimento abrange um conjunto de transformações intimamente associadas, que se reproduzem na estrutura econômica de uma região, e que são necessárias à continuidade de sua expansão.

Segundo Haddad (2009), uma concepção adequada de desenvolvimento regional deve conter, como elemento essencial, um crescente processo de inclusão social. O autor assegura que o desenvolvimento regional ou local demanda mudanças na estrutura produtiva e na organização social e política, que devem estar associadas ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões e ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento local. A preservação e a conservação do ecossistema regional também devem estar intrínsecas à concepção de desenvolvimento regional, com o intuito de direcionar políticas publicas que busquem dar maior dinâmica à economia da região e melhorar o bem-estar social.

Oliveira (2021) esclarece que o desenvolvimento regional pode ser entendido como sendo um processo de transformação econômica, social, cultural e política, o qual assume um papel determinante na dinâmica produtiva regional. Para o autor, o desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar, cuja concepção é datada do início dos anos 1960, a partir dos estudos de Perroux, em 1955. Porém, segundo Furtado (2009), o desenvolvimento só se realizará se forem criadas as condições para uma participação ampla das populações rurais e urbanas nos frutos do desenvolvimento. Vale lembrar, entretanto, que o desenvolvimento precisa ser financiado, e sua sustentabilidade só pode ser garantida a partir de um crescimento também sustentado.

Corrêa, Silveira e Kist (2019) sustentam que o desenvolvimento regional é um processo histórico, que exige além de transformações econômicas e sociais, mudanças estruturais e, sobretudo, estratégias constituídas de forma conjunta entre os diversos atores locais. Ressaltam também, que as particularidades que envolvem a dimensão regional tornam desafiadora a construção de uma definição do que seja o desenvolvimento regional, pois à medida que a sociedade vai evoluindo, novas variáveis vão surgindo, necessitando de um tratamento analítico diferenciado, o que torna cada vez mais emblemática a construção de sua definição.

Com base numa ampla revisão de literatura sobre as diferentes concepções de desenvolvimento regional, Duarte (2022, p. 55) define “desenvolvimento regional” como sendo:

“um processo de ampliação contínua da capacidade de produzir e de agregar valor à produção, bem como da capacidade de retenção do excedente econômico gerado na economia regional e/ou de atração de excedentes provenientes de outras regiões, sustentado pelo seu potencial de expansão nos planos econômico, social e ecológico, cujo desdobramento é o aumento do emprego e da renda e melhoria qualitativa das condições de vida, tanto no aspecto produtivo quanto de bem-estar social”.

Percebe-se pela definição, que a concepção de desenvolvimento regional não abrange apenas a evolução das condições de vida da população nos planos econômicos, mas também uma evolução constante das condições de vida nos planos social e ecológico, com melhoria qualitativa principalmente no aspecto de bem-estar social. Desenvolver-se, nesse caso, significa mudar de patamar em todas as dimensões.

De modo geral, e com base nas definições aqui discutidas, pode-se dizer, então, que conceber uma definição exata do que seja “desenvolvimento regional” não é tarefa fácil, pois devido a sua profundidade e complexidade dificilmente ter-se-á um conceito definitivo, tendo em vista as particularidades e especificidades que envolvem a dimensão regional; por se tratar de um espaço altamente heterogêneo, que se organiza, se estrutura e se transforma tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. Deriva-se daí, que se trata de uma definição que está em constante evolução.

**3 Aspectos metodológicos**

O artigo foi realizado a partir de um estudo descritivo e analítico, desenvolvido com base em uma revisão de literatura, em especial, da que trata do desenvolvimento regional - corrente teórica que defende o desenvolvimento desequilibrado - e que tem como principais precursores Perroux, Myrdal e Hirschman. Para a redação do texto foram consultados livros, teses, dissertações, artigos científicos, entre outros materiais, a partir dos quais foram analisadas e sintetizadas as principais contribuições de seus autores em relação à temática estudada.

Primeiramente, discorre-se sobre as questões relativas ao desenvolvimento regional propriamente dito, apresentando algumas definições e principais contribuições para a literatura. Em seguida, o foco foi o desenvolvimento desequilibrado, por meio de uma descrição sucinta das principais ideias de seus defensores. Na sequência, são apresentadas as contribuições que essas teorias trouxeram para a ciência regional em termos de aplicação prática no contexto atual das regiões.

**4 As contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman**

**4.1 Perroux – polos de crescimento**

A teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento) foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao estudar a concentração industrial em torno de Paris, na França, e no Vale do Ruhr, na Alemanha, região que abriga o maior parque industrial da Europa. Perroux começa desenvolvendo o conceito de polos de crescimento partindo do pressuposto de que o crescimento econômico não surge em todos os lugares ao mesmo tempo, mas em pontos específicos como na seguinte passagem: “o fato elementar mais consistente é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (Perroux, 1967, p. 164). Assim, a primeira constatação de Perroux é de que o crescimento é desequilibrado por natureza, por surgir de forma desigual no espaço.

Três conceitos são fundamentais na teoria dos polos de crescimento de Perroux, que são: indústria motriz, indústria movida e indústria-chave. O primeiro refere-se à indústria líder do complexo de atividades, a qual além de dispor de tecnologias modernas e possuir efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, exerce impulsos significativos sobre o desenvolvimento local e regional. O segundo refere-se à indústria impactada (movida) pela indústria motriz; enquanto que e o terceiro está relacionado à indústria que tem seus efeitos de encadeamento sobre a produção da economia superior à média do conjunto dos setores, tanto para trás quanto para frente no processo produtivo (Souza, 2007; Alves de Jesus; Spinola, 2015; Duarte, 2015; 2022).

Todavia, é importante esclarecer que um polo de crescimento se tornará um polo de desenvolvimento a partir do momento em que promover transformações estruturais, com expansão do produto, do emprego e da renda regional (Souza, 2007). Porém, essa polarização natural tende a aumentar as desigualdades regionais em períodos de crescimento econômico acelerado, por conta das diferentes taxas de crescimento entre as regiões. Essa desigualdade só diminuirá após o crescimento atingir seu máximo em dado momento do tempo, diminuindo em seguida, quando um processo de despolarização do crescimento econômico se inicia (Williamson, 1977).

O surgimento de um polo é resultado do próprio processo de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, o desenvolvimento econômico caracteriza-se como sendo um fenômeno desequilibrado, com o polo exercendo um efeito de dominação sobre os demais espaços do território. A presença de empresas inovadoras potencializa o aparecimento de novos ciclos de investimentos no polo, os quais modificam a estrutura e o funcionamento da sociedade, desencadeando efeitos desestabilizadores na economia regional (Duarte, 2015; 2022; Alves, 2016).

Dois importantes autores, Jacques Boudeville e Jean Paelinck, tiveram papel importante no desenvolvimento do conceito de polo de crescimento (Alves de Jesus; Spinola, 2015). Para Boudeville (1969), um polo de crescimento regional pode ser entendido como sendo um conjunto de indústrias em construção e expansão em uma área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de outras atividades econômicas na sua área de influência. Percebe-se, pela definição, que o autor utiliza o termo “conjunto de indústrias”, deixando explícita a ideia de complementariedade entre elas. Também está implícita no conceito a noção de região, estreitando a relação entre a noção de polo de crescimento e de região polarizada.

Já a contribuição de Paelinck (1977) foi no sentido de esclarecer ter havido uma interpretação distorcida do conceito de polo de crescimento, sendo frequentemente confundido com o conceito de indústria-chave ou indústria motriz. Para Alves de Jesus e Spinola (2015), foi em 1961 que Perroux deixou esse conceito mais esclarecido, quando descreve polo de crescimento como sendo um conjunto de unidades motrizes que geram efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos no espaço econômico e geográfico, aumentando a renda regional em decorrência da concentração de novas atividades produtivas na sua área de abrangência.

Para Ferrera de Lima (2016, p. 36), ao longo do tempo os polos tendem a passar por um movimento de recentragem, onde “os polos antigos começam a perder sua atratividade, enquanto regiões novas começam cada vez mais a se tornar altamente rentável para novos investimentos”. De acordo com o autor, historicamente, os polos possuem momentos de expansão, saturação e declínio, os quais dependem da capacidade das regiões em dinamizar seus ciclos econômicos ao longo do tempo, com a própria geografia econômica favorecendo o crescimento de algumas regiões em detrimento das demais. Neste caso, quando a polarização emerge de forma organizada, em uma rede urbana geograficamente bem estruturada, a difusão espacial do desenvolvimento econômico tenderá a ocorrer de acordo com a hierarquia das cidades.

De acordo com Alves (2016), as cidades que se destacam como os principais centros comerciais (cidades centrais) são as que conseguem atrair a industrialização mais intensa, atraindo também serviços mais especializados e população. O crescimento populacional da cidade eleva o seu potencial de consumo, constituindo-se em um fator de atração de novas atividades produtivas. A aglomeração espacial dessas atividades é resultado da crescente especialização e complementariedade impulsionadas pela crescente industrialização daquele espaço, frisa o autor.

**4.2 Myrdal – causação circular acumulativa**

A teoria de Myrdal foi elaborada a partir de um estudo sobre o problema dos negros no EUA (racismo), o qual identificou que a essência do problema social envolvia um complexo de mudanças interdependentes, circulares e acumulativas. Ao trazer essa ideia para o âmbito da economia, o autor argumenta que o processo de desenvolvimento tende a promover severas desigualdades econômicas em um país e se opõe as teorias do “desenvolvimento equilibrado”. Para ele, existem dois grupos de países: os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de renda *per capita*, e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por níveis de renda *per capita* extremamente reduzidos e baixos índices de crescimento econômico. Myrdal ressalta que pode haver disparidades de crescimento econômico dentro dos próprios países, visto que nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas, assim como nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas (Myrdal, 1957).

A partir dessas constatações o autor faz algumas considerações importantes. Primeiro, que existe um pequeno grupo de países em uma situação econômica bastante favorável e um grupo muito maior de países em situação econômica precária. Segundo, os países do primeiro grupo tem apresentado um padrão de desenvolvimento contínuo, enquanto que com o segundo grupo ocorre o oposto. Terceiro, as disparidades econômicas entre esses dois grupos aumentou nas últimas décadas. A ideia do autor foi de desenvolver uma teoria para explicar a dinâmica econômica regional, entre e dentro dos países, com base num processo de causação circular acumulativa, no qual o sistema econômico é considerado algo eminentemente instável e desequilibrado.

A ideia principal da teoria é de que os países subdesenvolvidos, por definição, têm estruturas desequilibradas e o equilíbrio destas não deve ser o fim, uma vez que o objetivo deve ser o de atingir o desenvolvimento a partir de um processo de industrialização impulsionado por desequilíbrios (Myrdal, 1957). Para o autor, a noção de círculo vicioso explica a forma como um processo se torna circular e acumulativo, no qual um fator negativo pode ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos. Myrdal defende a ideia de que o processo de causação circular acumulativa reflete de maneira mais realista a forma como as mudanças tendem a ocorrer na sociedade, quando comparado à hipótese clássica de equilíbrio estável.

A essência dessa teoria está relacionada ao enfoque dado à dinâmica – centro *versus* periferia. Segundo essa ótica, assim como destaca a teoria dos Polos de Crescimento de Perroux, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões, pois é desequilibrado e tende a favorecer as regiões mais desenvolvidas em detrimento das mais atrasadas. De acordo com essa abordagem, o próprio processo de desenvolvimento gera economias externas favoráveis à sua continuidade. Porém, é importante lembrar que a expansão de determinada região gera efeitos regressivos em outras, uma vez que as regiões mais dinâmicas tendem a drenar os fatores de produção, principalmente capital e trabalho das áreas periféricas, fazendo com que o processo de acumulação se expanda nas regiões mais desenvolvidas e se retraia nas mais pobres (Myrdal, 1957).

Para Myrdal, grande parte dos males dos países subdesenvolvidos reside no fato de os efeitos propulsores serem fracos. Segundo o autor, se as forças de mercado não forem controladas por políticas intervencionistas, a produção industrial e as demais atividades econômicas tendem a se concentrar em determinadas localidades ou regiões, deixando o resto do país relativamente estagnado. Esta é uma das relações de interdependência, por meio das quais, no processo de acumulação, a pobreza se torna sua própria causa (Myrdal, 1957). Esta é uma constatação que tem grande semelhança àquela apresentada por Nurkse (1957), quando o autor define o círculo vicioso do subdesenvolvimento e menciona que um “país é pobre porque é pobre”.

Nesse sentido, Myrdal sugere a implementação de políticas planejadas para amenizar os efeitos da acumulação desigual entre as regiões, com o Estado agindo como um agente promotor do desenvolvimento, uma vez que os investimentos privados, quando livres do controle estatal, tendem a intensificar as desigualdades regionais (Myrdal, 1957). No entanto, vale lembrar que para cumprir o planejamento estabelecido é necessário o fortalecimento das instituições (políticas, sociais e outras), pois elas podem alterar o movimento da causação circular por meio de suas forças propulsoras, promovendo o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais (Ferreira; Salles, 2020).

Contudo, não se pode esquecer de que as regiões subdesenvolvidas enfrentam deficiências na oferta de infraestrutura e de serviços públicos básicos, que dificultam o processo de acumulação capitalista, aumentando a importância da presença do Estado como agente promotor do desenvolvimento (Myrdal, 1957). Além disso, é importante esclarecer que os investimentos privados quando não controlados tendem a impulsionar o surgimento de polos industriais concentrados, fazendo com que as regiões periféricas sofram com os efeitos regressivos desses investimentos – especialmente perda de capital e trabalho. Assim, as áreas subdesenvolvidas viverão um ciclo de agravamento socioeconômico em detrimento do avanço das regiões-polo. Daí a importância do Estado como regulador da economia (Ferreira; Salles, 2020).

**4.3 Hirschman – crescimento sequencial**

A essência dessa teoria reside no pressuposto de que os investimentos devem ser efetuados em setores selecionados (setores com grande probabilidade de sucesso) com ampla possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento do produto e do emprego. De acordo com essa teoria, os mecanismos capazes de induzir o desenvolvimento de uma economia poderiam ser encontrados em certos investimentos específicos, os quais possibilitariam a propagação e a criação de novos investimentos produtivos, via efeitos complementares (efeitos em cadeia “para trás” e “para frente”, como indutores do processo de crescimento econômico), que pudessem consolidar as cadeias produtivas setoriais, no sentido de romper com o estágio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas (Hirschman, 1958).

Hirschman (1958) constrói sua teoria com base nos desequilíbrios de mercado, que segundo ele são inerentes à economia e constituem-se, por si só, em poderosas engrenagens propulsoras do crescimento. O autor salienta que as estratégias de desenvolvimento regional são capazes de induzir as decisões de investimentos numa sequência eficaz, que asseguram um novo padrão de crescimento regional desequilibrado. Para ele, além do efeito multiplicador da renda e do emprego e do efeito acelerador do produto, o investimento tem o poder de induzir o surgimento de novos investimentos no sentido da complementaridade técnica, a qual se manifesta por meio das múltiplas relações intra e interindústrias de insumo-produto.

Hirschman (1958) chama atenção também para os efeitos de encadeamento de produção. Para o autor, esses efeitos refletem diretamente os seus impactos econômicos sobre a cadeia produtiva como um todo. Nesse sentido, argumenta que é preciso caracterizar duas modalidades de efeitos de encadeamento: a) os efeitos retrospectivos (para trás), que são aqueles que induzem a novos investimentos produtivos nos setores fornecedores de insumos; e b) os efeitos de cadeia prospectivos (ou para frente), que são aqueles gerados por qualquer atividade produtiva (que não abastece exclusivamente as demandas finais) capaz de direcionar sua produção como insumo em alguma atividade nova.

No primeiro caso, os efeitos de encadeamentos para trás manifestam-se porque há estímulo a investir na produção doméstica de insumos, inclusive na produção de bens de capital para atender setores exportadores em expansão. No segundo, os efeitos de encadeamento para frente induzem a novos investimentos em atividades que utilizam o produto da atividade proposta. A ideia de encadeamento para frente reflete a indução de se investir devido à estrutura industrial inter-relacionada das atividades econômicas, o que significa dizer, em outros termos, que um passo em uma dada direção tende a exercer fortes estímulos para decisões de investimentos direcionados à etapa seguinte (Hirschman, 1958).

A vantagem da abordagem de Hirschman é que ela abre espaço para a ação do investimento induzido, facilitando a administração dos recursos escassos e norteando as intervenções do Estado quando necessário. A teoria pressupõe que o desequilíbrio é o elemento que move a economia. Porém, é importante esclarecer que o avanço desigual de um setor, em relação aos demais, tende a dar maior dinamismo ao processo de desenvolvimento econômico, uma vez que a criação permanente de gargalos no sistema produtivo conduz ao investimento induzido em determinados setores, tornando esses investimentos fundamentais para alavancar a industrialização nos países subdesenvolvidos (Duarte, 2015; Monteiro, 2019).

É importante ressaltar, também, que essa abordagem não desconsidera as forças externas ao mercado. Hirschman pressupõe que o Estado deve intervir em situações de problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores, principalmente naquelas áreas em que o setor privado não atua (como infraestrutura, energia e outros). Nesse caso, o setor público deve incentivar a expansão e o desenvolvimento de setores-chave da economia, priorizando aqueles cujos efeitos de encadeamento são mais significativos para a economia dos países e/ou regiões.

Porém, vale lembrar que qualquer incentivo à expansão de setores-chave tende a desequilibrar o desenvolvimento das regiões, pois as políticas setoriais tendem a favorecer as regiões onde esses setores estão mais presentes. Por exemplo, uma política de incentivo à indústria favorece as regiões industrializadas, em detrimento das demais. Assim, como as regiões especializadas na produção agropecuária apresentam-se como fornecedoras de matérias-primas básicas e alimentos não processados para as regiões industrializadas e, ao mesmo tempo, são demandantes de produtos manufaturados e de maior valor agregado que são produzidos pelas indústrias, há, dessa forma, uma transferência de renda das regiões rurais para as regiões industrializadas que conduz a um processo de desenvolvimento bastante desigual entre as regiões.

Assim, mesmo que haja vontade política dos governantes em desenvolver as regiões deprimidas, o fato dessas regiões não ser o lugar mais adequado para a localização da indústria, devido à ausência de fatores locacionais apropriados, os encadeamentos produtivos definidos por Hirschman (1958) tendem a ocorrer apenas para frente com as indústrias de outras regiões, com as áreas rurais fomentando a geração de emprego e renda nas regiões industrializadas. Nesse caso, embora as políticas voltadas ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária diversifiquem o setor primário e aumentem a renda regional, é nas regiões industrializadas, as quais demandam as matérias primas agropecuárias, que os efeitos dessas políticas são mais visíveis, uma vez que estas se diversificam e se desenvolvem com base nos insumos produzidos pelas regiões rurais.

**5 Aplicação das teorias no contexto atual das regiões**

**5.1 Teoria dos polos**

Em relação à aplicabilidade da teoria dos polos no contexto atual das regiões, pode-se dizer que as indústrias motrizes, definidas por Perroux, exercem atualmente influências significativas sobre outras indústrias e sobre a economia regional como um todo, pois disso decorre a contratação de serviços de outras empresas, evidenciando-se, assim, a importância das relações interindustriais e os impactos positivos que estas podem gerar no espaço econômico regional (Lima; Simões 2010). A abertura de uma grande planta industrial é capaz de dinamizar a economia local e/ou regional, elevando os níveis de emprego e renda e o patamar de desenvolvimento.

Nesse sentido, evidencia-se que os polos de crescimento são importantes para gerar as forças desestabilizadoras necessárias para alavancar o desenvolvimento, haja vista que o processo de desenvolvimento nessa concepção é desequilibrado por natureza. Essa teoria está fundamentada na implantação e consolidação de indústrias e/ou complexos industriais, que no decorrer de sua expansão desencadeiam forças de forma assimétrica que são essências para o crescimento econômico. De acordo com essa abordagem, são essas indústrias (as indústrias motrizes) que comandam o processo de desenvolvimento dos espaços econômicos regionais (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

A ligação da teoria dos polos com a abordagem schumpeteriana do desenvolvimento, assim como com a teoria do crescimento endógeno e os conceitos de regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação, realça sua relação com a abordagem endógena do desenvolvimento. Uma relação que está intrinsecamente ligada aos conceitos de meios inovadores e outros (Alves de Jesus; Spinola, 2015). Decorre daí, a influência que a teoria dos polos teve e vem tendo para a evolução da ciência regional, assim como para o aperfeiçoamento dos meios de intervenção pública, principalmente no que se refere às políticas de desenvolvimento.

No Brasil utilizou-se muito da teoria dos polos, principalmente na década de 1970, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na concepção das regiões “homogêneas”, “polarizadas” e “regiões-programa” com o intuito de implantar indústrias que pudessem promover o crescimento/desenvolvimento de algumas regiões do país, seguindo os conceitos e definições elaborados por Perroux e Boudeville (Vargas, 1986). De acordo com a autora, o país passou a incorporar as ideias contidas na teoria dos polos em seus planos nacionais de desenvolvimento, dentre os quais se destacam: o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), cujo objetivo era buscar uma melhor integração das políticas de integração nacional, criação das regiões metropolitanas e dos “polos regionais”; e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que consistia em fortalecer as atividades industriais no Centro Sul, além de criar polos secundários no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do país.

Embora as experiências de desenvolvimento regional fundamentadas na teoria dos polos tenham sofrido algumas críticas que, de certa forma, questionam a sua eficácia, a verdade é que as ideias de Perroux tem tido bastante aplicabilidade prática no contexto atual das regiões. Os efeitos engendrados pela presença de uma indústria motriz na região, como consequência de uma política regional de desenvolvimento, baseada nas concepções perrouxianas, denotam a importância da política e da programação econômica, como elementos essenciais na previsão e conduta do processo de desenvolvimento regional/local. Como a criação e consolidação dos polos tende aprofundar as desigualdades regionais, é importante entender que o próprio processo de desenvolvimento é desequilibrado por natureza e que as desigualdades inter-regionais de crescimento são inerentes ao próprio processo de evolução dos polos (Silva; Rippel; Ferrera de Lima, 2000).

É importante lembrar, entretanto, que a abordagem de Perroux abre espaço para intervenção estatal, no sentido de amenizar os efeitos que os polos exercem sobre as regiões periféricas (subdesenvolvidas) de sua área de influência. Esta intervenção deve ocorrer por meio da adoção de políticas públicas que valorizem os recursos endógenos a essas regiões, induzindo-as a um processo de ruptura estrutural, que ampliado pelo comércio inter-regional seja capaz de dinamizar suas economias e promover o desenvolvimento (Duarte; Alves, 2022).

**5.2 Teoria da causação circular**

Assim como os demais defensores da teoria do desenvolvimento desequilibrado (Perroux e Hirschman), Myrdal não atribuiu validade a teoria da convergência da riqueza e do desenvolvimento entre as nações, destacando como característica marcante a crescente desigualdade econômica e social entre elas. Cavalcante (2008) lembra que quando Myrdal considera os efeitos da causação circular acumulativa como explicativos da heterogeneidade observada no desenvolvimento dos países, assim como das desigualdades regionais dentro de um mesmo país, na verdade ele está sinalizando que se trata de um jogo de forças de mercado que opera na direção das desigualdades regionais, o que o coloca na contramão das abordagens que preconizam a possibilidade de ocorrência de convergência de renda inter-regional nos países.

Ao se referir à teoria de Myrdal, Cardoso (2012a) destaca que no plano internacional o comércio não opera para promover igualdade entre os países, pois no âmbito do desenvolvimento, o comércio internacional tende a provocar efeitos regressivos. Rodrigues (2017) destaca que a relação de troca que se estabelece entre os países atrasados e avançados e o modo como são formados os preços das mercadorias produzidas em cada um desses países, mostra a existência de uma constante transferência de parte do valor gerado nos países atrasados para os mais avançados. O caráter intersetorial da transferência de valor, onde os países periféricos vendem produtos de baixo valor e compram produtos manufaturados e de alto valor agregado dos países centrais é que caracteriza a transferência de renda. O mesmo raciocínio vale para o movimento de capitais, que tendem a migrar para os países mais desenvolvidos.

No âmbito das regiões, Duarte (2022) ressalta que isso ocorre porque as regiões mais pobres e com características econômicas mais rurais atuam apenas como fornecedoras de matérias-primas para as regiões mais industrializadas e, que, por isso, não conseguem sair do ciclo de subdesenvolvimento que se encontram pelo fato de seus efeitos propulsores serem fracos. Essa é uma discussão que está muito presente na teoria de Myrdal, denotando a importância dessa abordagem no contexto regional atual. A deterioração dos termos de troca das regiões pobres em relação às mais ricas apresenta-se como fator determinante do subdesenvolvimento das primeiras.

Cardoso (2012a) ressalta que a abordagem de Myrdal reforça que o desenvolvimento econômico pode ser promovido por meio de intervenções públicas. A atuação do Estado na economia deve ocorrer para conter as forças de mercado e evitar seus efeitos perversos sobre a dinâmica socioeconômica dos países e regiões. De acordo com a autora, a ideia de Myrdal é de que o Estado deve disponibilizar garantias institucionais e políticas de incentivo que façam com que as pessoas possam superar o circulo vicioso da pobreza. Essa é uma discussão bastante atual tanto na esfera acadêmica quanto nas instâncias políticas e tem sido foco de recomendações de políticas públicas.

No caso do Brasil, mesmo em estados com altos níveis de desenvolvimento como é o caso de Santa Catarina, por exemplo, é possível verificar intensas desigualdades quando se compara os níveis de desenvolvimento intra e inter-regional do estado, pois existem municípios com efeitos propulsores bastante fortes ao lado de municípios com efeitos propulsores fracos (Duarte, 2022). Ferreira e Salles (2020), com base na teoria de Myrdal, esclarecem que as desigualdades sociais podem ser a causa principal das desigualdades econômicas, ao passo que, ao mesmo tempo, a desigualdade econômica serve de base à desigualdade social. Esse é o caso dos municípios catarinenses, o que reforça a aplicabilidade da teoria de Myrdal no contexto atual das regiões.

De modo geral, pode-se dizer que a teoria de Myrdal mostra que a promoção do desenvolvimento passa, necessariamente, pela compreensão de que tanto as desigualdades econômicas quanto as desigualdades sociais são coisas indissociáveis. Assim, para que uma nação ou região possa lograr o desenvolvimento é necessário a implementação de políticas de combate às desigualdades, onde o Estado deve ser o responsável pelo planejamento do desenvolvimento (Ferreira; Salles, 2020).

**5.3 Teoria do crescimento sequencial**

Em relação à aplicabilidade da teoria do crescimento sequencial de Hirschman nos dias atuais, percebe-se que ela está bastante presente em muitos países e regiões, independentemente do seu nível de desenvolvimento. A ideia de que a expansão industrial deveria ocorrer por meio de efeitos de encadeamentos produtivos é hoje um consenso entre os economistas (Bianchi, 2013). Como a indústria é considerada por muitos um setor dinâmico por excelência, por exercer fortes efeitos denominados *linkages* sobre as demais atividades econômicas (Oliveira, 2021), pode-se dizer, então, que a presença ou a falta de encadeamentos produtivos explica (dadas as devidas proporções), do porquê de os efeitos propulsores do desenvolvimento serem fortes em algumas regiões e fracos em outras.

Os encadeamentos para trás - quando se tratar do suprimento de insumos para uma dada atividade - e os encadeamentos para frente - relacionados as atividades que não atendem às demandas finais, quando os produtos passam a ser insumos de outras atividades produtivas (Cardoso, 2012b), refletem a realidade de muitas economias regionais. Em se tratando de regiões desenvolvidas, com a presença de polos industriais já consolidados, os encadeamentos para trás podem ocorrer com empresas dos próprios polos, assim como com as localizadas fora deles. O mesmo tende a ocorrer com os encadeamentos para frente. Já nas regiões subdesenvolvidas, com as economias caracterizadas pela forte presença do setor primário, é comum os encadeamentos ocorrerem apenas para frente, com empresas situadas nos polos ou, então, com empresas situadas em outras regiões industrializadas.

No caso específico dessas últimas, a dinâmica do desenvolvimento ainda é mais complexa, pois seus obstáculos são bem mais estruturais do que cíclicos. Vale lembrar, entretanto, que nessas regiões tanto a poupança quanto o investimento são relativamente interdependentes e, por esse motivo, o desenvolvimento é menos espontâneo, uma vez que depende em maior grau de medidas deliberativas (Lima; Simões, 2010). Assim, havendo escassez de recursos ou deficiência em sua dinamização, é necessário criar as condições para tanto, pois o mercado por si só não é capaz de satisfazer essa condição (Corrêa; Silveira; Kist, 2019).

Nesse sentido, é importante esclarecer também, que o fato das economias regionais subdesenvolvidas serem caracterizada por raros (ou fracos) efeitos de encadeamentos, reforça a necessidade de intervenção do Estado como indutor do desenvolvimento. Nesse caso, a necessidade de planejamento e implementação de políticas públicas específicas para essas regiões, assim como o aperfeiçoamento dos mecanismos de intervenção e de acumulação destacados por Albert Hirschman, apresentam-se como meios possíveis de superação do subdesenvolvimento (Cardoso, 2012b).

Em resumo, como bem destaca Bianchi (2013, p. 14) ao se referir à teoria de Hirschman: “suas ideias originais, inspiradas por muitas travessias, repercutem muito além das fronteiras da economia ou de qualquer ciência particular”. O que significa dizer, em outros termos, da importância que a abordagem de Albert Hirschman tem tido para a construção teórica em economia regional, assim como para o planejamento e implementação de politicas públicas de desenvolvimento. Daí da importância de seus ensinamentos para a evolução da ciência regional.

**6 Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo discutir e analisar as teorias do desenvolvimento regional, focadas no desenvolvimento desequilibrado, mais precisamente as teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman, apresentando suas principais contribuições para a ciência regional, assim como suas aplicações no contexto atual das regiões. Para tanto, utilizou-se de um estudo descritivo e analítico, baseado em referências especializadas sobre o tema, com o intuito de expor brevemente a essências dessas teorias que, de certa forma, tiveram expressiva aceitação no meio acadêmico e foram amplamente utilizadas na implementação de políticas públicas de desenvolvimento.

Os resultados mostram que essas teorias têm sido importantes para a análise regional, uma vez que permite a compreensão de uma série de fenômenos que ocorrem nas economias regionais, principalmente no que se refere aos níveis de crescimento e de desenvolvimento. Seus defensores preconizam que o crescimento e, consequentemente, o desenvolvimento não surgem espontaneamente e ao mesmo tempo em todos os lugares, mas sim em pontos específicos ou polos de crescimento, fazendo com que os espaços regionais e urbanos sejam caracterizados pela desigualdade.

De acordo com essa corrente é a heterogeneidade que prevalece nos países e/ou regiões, a qual é decorrente do nível de desenvolvimento socioeconômico, político e cultural prevalecente, da quantidade e qualidade das forças produtivas e dos capitais intangíveis atuantes, assim como da quantidade de investimentos e reinvestimentos alocados nos espaços regionais. Esses fatores são fundamentais para explicar as desigualdades entre países e/ou regiões, à medida que o progresso tecnológico tende a causar, cada vez mais, mudanças estruturais e socioeconômicas profundas.

Nesse contexto, como estratégia de ataque às desigualdades regionais causadas pela concentração produtiva e reorganização do espaço econômico, sugere-se que os planos e programas para desenvolver as regiões subdesenvolvidas foquem na utilização dos recursos endógenos a esses territórios, ou seja, que priorizem os sistemas produtivos que façam uso dos fatores de produção disponíveis no interior dessas regiões. Pois assim estarão sendo criadas as condições para amenizar suas fragilidades econômicas, melhorando seus perfis socioeconômicos.

Sendo assim, uma das principais contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman para a ciência regional foi admitir que o desenvolvimento é desequilibrado por natureza e que as desigualdades estão presentes em todos os países e regiões. Assim, os formuladores de políticas públicas devem estar cientes de que o planejamento do desenvolvimento regional e urbano deve levar em consideração essas peculiaridades, que são inerentes ao próprio processo de desenvolvimento. Nesse caso, a redução das desigualdades passou a ser o principal desafio dos gestores públicos contemporâneos, o que só ocorrerá a partir de ações que levem as regiões subdesenvolvidas a superar o círculo vicioso de pobreza em que se encontram.

**Referências**

ALVES DE JESUS, J.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. ***RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico***, Salvador, v. 17, n. 32, p. 935-952, 2015.

ALVES, L. R. Região, urbanização e polarização. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (org.). ***Economia & Desenvolvimento Regional***. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

BEKELE, G. W.; JACKSON, R. W. ***Theoretical perspectives on industry clusters***. Virginia: Morgantouwn: Regional Research Institute, 2006. Disponível em: <https://researchrepository.wvu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1101&context=rri_pubs>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BIANCHI, A. M. As muitas travessias de Albert Hirschman. ***Revista Economia Ensaios***, Uberlândia, v. 27, n. 2, Ed. Especial, p. 7-16, 2013.

BOUDEVILLE, J. ***Los espacios economicos***. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

CARDOSO, F. G. ***O Big Push e os efeitos de encadeamento****: retomando as contribuições teóricas de Rosenstein-Rodan e Hirschman*. Informações Fipe: temas de economia aplicada, 2012b. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/RodaneHirschman_jun12.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARDOSO, F. G. ***O círculo vicioso da pobreza e a causação circular cumulativa****: retomando as contribuições de Nurkse e Myrdal*. Informações Fipe: temas de economia aplicada, 2012a. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/NurkseeMyrdal_ago12%20(2).pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. ***Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos***, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. ***Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional***, Taubaté, v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, 2019.

DUARTE, V. N. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. ***RDE -******Revista de Desenvolvimento Econômico***, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, 2015.

DUARTE, V. N. ***Diversificação produtiva e desenvolvimento regional:*** *o caso de Mato Grosso do Sul.* 2022. 295 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

DUARTE, V. N.; ALVES, L. R. Índice de desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul-Brasil. ***Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos***, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 441-469, 2022.

FERRERA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. *In*: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). ***Economia & Desenvolvimento Regional***. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

FERREIRA, C. C.; SALLES, A. O. T. Desenvolvimento econômico e desigualdade social: uma análise a partir do princípio de Causação Circular Cumulativa de Gunnar Myrdal. ***Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política***, Niterói, n. 55, p. 82-116, 2020.

FURTADO C. ***Desenvolvimento e subdesenvolvimento***. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009. 234 p.

HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. *Revista de Economia,* Curitiba, v. 35, n. 3, p. 119-146, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. ***The strategy of economic development***. New Haven: Yale University Press, 1958.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. ***RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico***, Salvador, v. 12, n 21, p. 5-19, 2010.

MONTEIRO, M. A. ***A vulnerabilidade e segurança alimentar dos países da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)***. 2019. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

MYRDAL, G. ***Economic theory and underdeveloped regional***. London: Duckworth, 1957.

NURKSE, R*.* ***Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. ***Informe GEPEC*,** Toledo, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.

PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. *In*: SCHWARTZMAN, J. (org.). ***Economia Regional***:textos escolhidos. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1977.

PERROUX, F. ***A economia do século XX***. Lisboa: Herder, 1967.

PERROUX, F. ***Notes sur la conception des pôles de la croissance***. Économie Appliquée, Paris, n. 1-2, p. 309-320, 1955.

RODRIGUES, L. Transferência de valor e desenvolvimento desigual: uma análise comparada. ***Análise Econômica***, Porto Alegre, v. 35, n. especial, p. 155-183, 2017.

SILVA, J. R.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. A teoria dos polos de crescimento de Francois Perroux. ***Cadernos de Economia***, Chapecó, v. 4, n. 7, p. 75-95, 2000.

SOUZA, N. J. ***Desenvolvimento econômico***. São Paulo: Atlas, 2007.

VARGAS, H. C. ***A importância das atividades terciárias no desenvolvimento regional****.* 1986. 215 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. *In*: SCHWARTZMAN, J. ***Economia Regional***. Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

1. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes). Professor contratado do curso de Ciências Econômicas da UEMS, Unidade de Ponta Porã/MS – Brasil. E-mail: vilmareconomics@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)